

# PASTORAL DA TERRA

Outubro a Dezembro de 2022

Ano 47 – Nº 257

Foto: Marina Moreira



## Centenário Dom Tomás Balduino - o testemunho da humanidade simples

Pág.: 5

Foto: Renata Costa



**18º CONGRESSO EUCARÍSTICO:**  
*Enraizamento da Campanha Nacional  
contra a Violência no Campo*

Págs.: 6 e 7

## EDITORIAL

## "2022: Ano de luta e desafios"

E 2022 está se findando. Iniciamos o ano com a Covid-19, seguindo nos desafiando aos cuidados, afinal o vírus ainda não está controlado, junto a isso os conflitos no campo, anunciaram em 08 de janeiro o assassinato do quilombola José Francisco Lopes Rodrigues, prenunciando o acirramento da violência contra os povos da terra, das águas e das florestas.

Foi também ano de grandes mobilizações, desde o 08 de março, dia Internacional das Mulheres, do Acampamento Terra Livre, dos Indígenas, do Tribunal Popular dos Povos do Cerrado, do Fórum Social Pan-amazônico, da Teia dos Povos no Maranhão, assim como da celebração dos 25 anos da Campanha De Olho Aberto Para Não Virar Escravo.

E de 2023? Desse não tão novo governo que se inicia, o que esperar? O que esperar da sociedade dividida? Os povos nos ensinam a Resiliência, o evangelho subversivo da vida e da esperança nos diz para termos cautela e sermos vigilantes, e o Papa Francisco pede uma outra economia, amiga da terra, amiga da paz: "Sois chamados a tornar-vos artífices e construtores da casa comum, uma casa comum que está em ruínas".

Iniciamos o ano com a Campanha da Fraternidade, convocada Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: "Fraternidade e fome", e o lema "Dai-lhes vós mesmos de comer" (Mt 14,16). Numa mobilização nacional pela erradicação da fome que assola mais de 33 milhões de pessoas. É importante ressaltar que a concentração da terra é uma das causas estruturais da fome, e portanto, o combate a fome passa pela desconcentração da terra e da riqueza, pela Reforma Agrária, pela demarcação e titulação dos territórios, pela agroecologia, bandeiras essas que continuam fundamentais.

Atenção também à violência e à impunidade dos assassinatos no campo e na cidade, em especial de mulheres, jovens, indígenas e negros. Não podemos esquecer também, da dominação patriarcal e racista, que oprime, mais que outros, as mulheres e os não-brancos. É preciso uma conjugação de forças desde o poder federal, estadual e municipais, bem como ações articuladas e transversais nos principais Ministérios, por isso precisamos fortalecer a Campanha contra a Violência no Campo, encampada por mais de 60 organizações sociais.

O novo governo tem um desafio enorme, reconstruir um Brasil, desde as políticas sociais até as estruturas governamentais, e garantir uma ampla participação social, o acesso da população mais pobre à saúde, à educação, à previdência social e aos demais direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Em 2023 renovamos o compromisso com o bem viver dos povos, um projeto de vida, e de vida em abundância e como já anunciado em carta divulgada em outubro, pelo segundo turno das eleições, acreditamos "que somente com mobilização popular... seremos capazes de reverter o quadro nefasto de ameaças à ordem democrática estabelecido no Brasil. Por isto deveremos estar sempre vigilantes, fortalecer os processos coletivos nas bases, a formação e participação do povo para a construção e implementação de um projeto popular humano e justo".

Um feliz ano novo e que mantenhamos a esperança e a luta! Seguimos!



## PUBLICAÇÕES

## Articulação publica terceira fase do Dossiê Agro é Fogo



No dia 13 de outubro, a Articulação Agro é Fogo divulgou a terceira fase do Dossiê Agro é Fogo, em evento presencial, na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Brasília-DF.

A nova fase demonstra por meio de sete casos e cinco artigos que o aumento dos incêndios e das queimadas criminosas fazem parte de um projeto político que está diretamente ligado às ações do poder legislativo e executivo. Diversos projetos de leis têm ameaçado e causado desmonte na política

socioambiental, além de cortes diretos em orçamentos que visavam combater os incêndios e o desmatamento. O orçamento secreto, implementado em 2020, se constitui como uma grave ameaça à democracia.

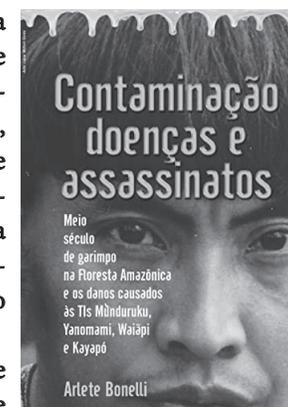
Além disso, o dossiê também traz uma análise do panorama sul-americano, em especial dos países da Colômbia e Paraguai que lideram concentrações de terras no mundo e, conseqüentemente, expressam desigualdades sociais muito acentuadas. Esses fatores estão atrelados, como mostra os artigos, a uma atuação econômica que passa pelo âmbito político que rege a terra enquanto expressão de poder e não de produção de alimentos.

## "Contaminação, doenças e assassinatos"

Livro-reportagem sobre garimpo ilegal na Amazônia é lançado pela Amazon. O livro 'Contaminação, doenças e assassinatos: Meio século de garimpo na Floresta Amazônica e os danos causados às TIs Munduruku, Yanomami, Waiápi e Kayapó', de Arlete Bonelli, apresenta resultados de pesquisas de campo realizadas por médicos e outros profissionais que denunciam a falta de recursos, de infraestrutura em serviços de saúde e de atenção básica aos povos indígenas e outras comunidades de regiões onde há extração mineral.

O trabalho jornalístico, disponível em forma de ebook no site da Amazon, abrange um período de mais de 50 anos dessa atividade na região e reúne dados sobre crimes praticados contra indígenas, ribeirinhos, populações de vilarejos e áreas urbanas vizinhas dos garimpos ilegais e de mineradoras. As vítimas invisíveis dessa atividade habitam a floresta destruída, e usam a água de rios e igarapés onde peixes contaminados se reproduzem e servem como alimento.

Acesse o conteúdo desta e das demais publicações em [www.agroefogo.org.br](http://www.agroefogo.org.br)



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

**Secretaria Nacional:** Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

**Fone:** (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) / [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom José Ionilton

**Vice-Presidente**  
Dom Sílvio Guterres

**Coordenadores Nacionais**  
Andréia Silvério  
Carlos Lima  
Isolete Wichinieski  
Ronilson Costa

**Redação**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)  
Andressa Zumpano  
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0003157/GO)  
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo da Silva Souza

**APOIO**

**Brot für die Welt**



**MISEREOR**  
• IHR HILFSWERK

**ASSINATURAS**

Anual R\$ 10,00.  
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência 4520  
Operação 003  
Conta/DV 648-6  
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000 0006 486C 1  
SWIFT da CEF: CEFXBRSP  
Razão Social COMISSÃO PASTORAL DA TERRA  
CNPJ / PIX: 02.375.913/0001-18  
Informações [cpt@cptnacional.org.br](http://cpt@cptnacional.org.br)  
Tiragem: 3.000 exemplares



## CIMI 50 anos: “Esperança: o que queremos, o que emerge para o futuro?”

Com o tema “Esperança: o que queremos, o que emerge para o futuro?”, o Congresso que marcou o jubileu do Conselho Indigenista Missionário foi realizado entre os dias 8 e 10 de novembro, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO).

Com a participação de mais de 300 missionárias, missionários, aliadas e aliados da causa indígena e representantes de pelo menos 20 povos indígenas, o Congresso foi estruturado em quatro eixos: Mística, Memória, Resistência e Esperança. Ao longo dos três dias de encontro, o Cimi reuniu-se não só para festejar, mas também para partilhar a esperança e pensar em estratégias para os próximos anos de caminhada junto aos povos indígenas.

O secretário-executivo do Cimi, Antônio Eduardo Oliveira, reforça a construção a várias mãos do Congresso. “O processo dos 50 anos teve uma participação coletiva e efetiva de muita gente”. Também, evidenciou a relevância de diversos nomes que lutaram pela propagação desse ideal.



O congresso se encerrou com um manifesto final que resgata a memória e o compromisso no esperar da causa indígena. “Agradecemos aos povos originários a graça pascal de acompanhar suas incansáveis lutas, sustentadas nas ancestralidades e na certeza de que há outros mundos possíveis”, afirma o documento. “A esperança que se renova em cada luta, em cada movimento, em cada ato de resistência dos povos e comunidades indígenas é facho de luz, que ilumina e orienta também a nossa missão”.

(Via Cimi)

## Organizações cobram banco francês BNP Paribas pelo seu apoio a Marfrig, envolvida em graves violações de direitos

Em uma iniciativa inédita para garantir a responsabilização de atores financeiros em relação ao desmatamento ilegal e graves abusos de direitos humanos ligados à indústria brasileira da carne, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sediada no Brasil, e Notre Affaire à Tous, sediada na França, apoiadas pela Rainforest Action Network, sediada nos EUA, acabam de notificar o banco francês BNP Paribas por prestar serviços financeiros a frigoríficos, mais especificamente a Marfrig, o segundo maior frigorífico do Brasil.



Em notificação enviada a BNP Paribas, as organizações alegam que Marfrig está envolvida em graves violações, por conta da insuficiência da regulamentação de sua cadeia de suprimentos, tendo como efeito sua colaboração de fato com desmatamento, grilagem de terras indígenas e práticas análogas ao trabalho escravo, em fazendas de gado que abastecem suas unidades de processamento de carne.

De acordo com Xavier Plassat, da Campanha Nacional da CPT contra o Trabalho Escravo, “depois de o governo de Jair Bolsonaro ter interrompido qualquer processo de reconhecimento legal de terras tradicionais, pecuaristas invadem territórios tradicionais, inclusive de povos indígenas, com total impunidade”.

(Via Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo)

## Indígena Yanomami é assassinada com tiros na cabeça em Boa Vista (RR)

A Hutukara Associação Yanomami (HAY) divulgou no dia 12 de novembro, classificando como “a sangue frio” e “crime de ódio” o ataque a tiros contra um grupo de indígenas yanomami acampados na avenida Venezuela, próximo a Feira do Produtor, no bairro São Vicente, na zona sul de Boa Vista (RR). Segundo testemunhas, dois homens em uma bicicleta passaram pelos indígenas atirando. Uma mulher yanomami, mãe de um bebê, morreu após ser atingida por dois disparos de arma de fogo na cabeça. Um indígena, não identificado, foi ferido nos braços e está internado no Hospital Geral de Roraima. O estado de saúde dele é estável.

Em nota à imprensa, a Polícia Militar informou que registrou o caso como homicídio no 3º Distrito Policial para investigação da Polícia Civil. Não há informações sobre os criminosos. “Depois que eles efetuaram os disparos, entraram na

feira do produtor, abandonaram a bicicleta e fugiram”, diz uma testemunha à Amazônia Real.

“As autoridades precisam investigar com diligência os responsáveis pelos ataques e o que os motivou. A disposição em assassinar indígenas de passagem pela cidade, reunidos pacificamente em local público, configura crime de ódio e deve ser investigado como tal”, disse a nota da HAY, entidade dirigida por Dario Yanomami, filho do líder Davi Kopenawa. (via Amazônia Real)



## Desastre de Mariana: sete anos depois, ninguém foi punido e crimes podem prescrever

Sete anos após o pior desastre ambiental da história do Brasil, o rompimento da barragem da Vale, BHP e Samarco em Mariana (MG), nenhum dos 26 acusados foi punido. Atualmente, 15 réus já foram considerados inocentes e restam apenas 11. Ainda respondem pelos crimes a Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil, a VogBR Recursos Hídricos e os empresários e administradores destas empresas.

No entanto, especialistas apontam que, diante da morosidade do processo, todos os acusados provavelmente ficarão livres de qualquer condenação no âmbito penal, restando às milhares de vítimas apenas a reparação na instância cível.



Dezenove pessoas morreram e cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos poluíram mais de 600 km de rios e atingiram o Oceano Atlântico, de Minas Gerais até a costa do Espírito Santo e Bahia. Os crimes ambientais, porém, devem prescrever no máximo até 2024 e muitos já prescreveram. (Via Observatório da Mineração).

## DIREITOS

# Pela garantia ao cumprimento da tutela provisória na ADPF 828 e proteção de direitos às famílias ameaçadas de despejo

*Em nota pública, CPT exige que o sistema de justiça cumpra com as recomendações elencadas na quarta tutela provisória proferida pelo STF, referente à ADPF 828, que versa sobre despejos durante a pandemia.*

## ANDRESSA ZUMPARO\*

A Comissão Pastoral da Terra emitiu Nota Pública exigindo o cumprimento da determinação proferida pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que publicou no último dia 31 de outubro, quarta tutela provisória na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, não renovando a prorrogação da suspensão de despejos durante a pandemia, mas, estipulando um regime de transição com objetivo de diminuir os impactos habitacionais e sociais em casos de remoções coletivas.

Em nota, a CPT destaca que "reconhece na decisão do STF o estabelecimento de um novo paradigma de proteção dos



Foto: Andressa Zumpano

*direitos fundamentais para um expressivo contingente de coletividades em situação de conflitos fundiários, destituídas sistematicamente do direito à terra, reforma agrária e moradia digna no Brasil".*

Segundo levantamento realizado

pela Campanha Despejo Zero, entre março de 2020 e outubro de 2022, cerca 188.621 famílias em todo o Brasil estavam em situação de vulnerabilidade, vivendo e/ou trabalhando em ocupações urbanas e rurais sob iminente risco de remoção forçada. "Tal realidade é duramente agravada pelos efeitos socioeconômicos provocados pela pandemia, como a fome e o desemprego, além da desestruturação de políticas públicas de reforma agrária e de moradia", reforça a nota.

Na decisão proferida em 31 de outubro de 2022, o ministro Barroso, atento ao contexto social do país, destacou: "cabe ao Supremo Tribunal Federal, à luz da Constituição, fixar diretrizes para o Poder Público e os demais órgãos do Poder Judiciário com relação à retomada das

medidas administrativas e judiciais que se encontram suspensas com fundamento na presente ação. A execução simultânea de milhares de ordens de desocupação, que envolvem milhares de famílias vulneráveis, geraria o risco de convulsão social. Por isso, é necessário retornar à normalidade de forma gradual e escalonada, razão pela qual se faz indispensável o estabelecimento de um regime de transição".

A nota também destaca que "será essencial a participação da sociedade civil, demais órgãos do sistema de justiça e órgãos de terras com atuação vinculada ao tema para acompanhar a formação e funcionamento dos Tribunais de Justiça estaduais e federais no cumprimento das determinações da decisão do STF".

## Seminário em Macapá (AP) discute repasse de terras da União para estados

*Evento tratou da insegurança fundiária que leis podem trazer a povos e comunidades tradicionais, com foco estadual, amazônico e nacional.*

## MÁRIO MANZI\*

Nos dias 19 e 20 de setembro foi realizado, em Macapá (AP), o Seminário "Repasse das Terras: Para quem e para quem?", no auditório do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) da Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Organizado pela Comissão Pastoral da Terra - Regional Amapá; Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Na Agricultura do Estado do Amapá (Fettagrap); Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Terra e Território na Amazônia (Gruter/Unifap); Comissão Pastoral da Terra Nacional (CPT); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá (PPGEO/Unifap); Articulação das CPTs da Amazônia; Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o evento dis-



Foto: Andressa Zumpano

cutiu o impacto da transferência de terras da União, conforme as leis 10.304/2001, 14.004/2020 e 13.465/2017.

Os dois dias de debates dedicaram-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) número 7.052, apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A ADI questiona a constitucionalidade de tais leis que tratam da transferência da titularidade das terras públicas da União

para os estados do Amapá, Roraima e Rondônia. Pede ainda que a aplicação delas não traga prejuízo aos direitos constitucionais das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais que aguardam o acesso à terra, e garanta a realização da reforma agrária.

Para além dos impactos nos estados em geral, o seminário enfocou, particularmente, os desdobramentos do repasse das terras da União para o Estado do Amapá e abordou perspectivas sobre a situação fundiária amapaense. Um terceiro eixo de discussão debruçou-se sobre os efeitos para a Amazônia e a relação com o acirramento dos conflitos por terra.

"Estamos discutindo esse repasse, ouvindo as comunidades que passam por violências no campo, no Amapá, para tentar entender de que forma esse transferência está ocorrendo. Estamos questionando para quem essas terras irão. Para quem ne-

las vive, trabalha, e já está aqui por vezes há décadas, cinquenta, sessenta anos, nasceu e se criou naquela terra? Ou para pessoas de fora, que vem com o discurso do agronegócio, do desenvolvimento?", explicou Higor Pereira, da CPT Regional Amapá.

## Campanha

A programação, dividida em mesas, abrangeu, em seu segundo dia, o lançamento regional da "Campanha Contra Violência no Campo: em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas" no estado do Amapá.

A Campanha, de caráter nacional, dispõe sobre o enfrentamento à violência no campo, com o objetivo de assistir os processos de resistências dos povos e comunidades tradicionais na luta por terra e território.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## MEMÓRIA

# Centenário de Dom Tomás Balduino

CRISTIANE PASSOS\*

*"Para as nossas Igrejas da América Latina, 'voltar ao primeiro amor' é retomar a mística do Reino de Deus na caminhada junto aos pobres e a serviço da libertação". Dom Tomás Balduino - Carta aos bispos do Brasil, 15 de agosto de 2013, Festa da Assunção de Nossa Senhora*

Damos início às comemorações do centenário de Dom Tomás Balduino, bispo fundador do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e da CPT, que completaria 100 anos no dia 31 de dezembro próximo. Plantado na Catedral da Cidade de Goiás, em maio de 2014, Dom Tomás continua presença e inspiração. No momento de seu sepultamento, indígenas krahôs que prestavam sua última homenagem ao bispo, clamaram, "não nos deixem sozinhos". Manter o seu legado vivo, é seguir na missão junto aos povos do campo, das águas e das florestas.

Bispo da Reforma Agrária, dos indígenas, dos povos do campo e das florestas, dos pobres do Brasil e de toda a América Latina. Assim era conhecido e reconhecido. Para os amigos era, simplesmente, Tomás. De sorriso largo, cheio de simplicidade, Dom Tomás será sempre lembrado por sua proximidade com os povos que o admiravam.

Batizado Paulo, escolheu o nome Tomás quando tornou-se religioso dominicano. Desde a década de 1950 atuava próximo aos povos indígenas e aos camponeses, quando foi nomeado superior da missão dos dominicanos na Prelazia de Conceição do Araguaia, no Pará. Sempre ávido por mais informações e conhecimento, decidiu estudar linguística indígena, em um curso na Universidade de Brasília (UnB), onde aprendeu a língua dos indígenas Xicrin, dos grupos Bacajá e Kayapó. Também diante da necessidade e das dificuldades em percorrer grandes extensões territoriais entre os estados do Pará, Mato Grosso e Goiás, fez curso de piloto de avião, e amigos italianos o apresentaram com um teco-teco vermelho. Avião esse que poderia contar inúmeras histórias sobre a seriedade os cuidados de Dom Tomás ao pilotar, sobre

as visitas às aldeias indígenas da Amazônia, algumas vezes levando médicos para cuidar da saúde dos indígenas, e sobre aqueles e aquelas cujas vidas Dom Tomás salvou ao tirá-los do alvo das ameaças da Ditadura Militar.

Dom Tomás foi sepultado na catedral de Goiás, levando junto bandeiras dos movimentos sociais camponeses, de sindicatos e organizações que receberam o seu apoio. Ele era o mestre e inspirador das lutas, mas também sabia ser rígido e crítico quando era necessário. Da mesma forma o fez com governantes

territórios. Seus ensinamentos continuam presentes nas Igrejas que promovem o povo oprimido. Seu coração continua a pulsar naqueles que se organizam, naquelas que lutam, nas fileiras em marcha por esse país, seguindo bandeiras de um mundo mais justo.

Ato solene na Câmara dos Deputados dá início às comemorações do Centenário de Dom Tomás

No dia 28 de novembro, foi realizada na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), uma sessão solene abrindo as comemorações do cen-

representantes políticas e de movimentos sociais do campo.

Durante a atividade, Marcelo Barros disse que se Dom Tomás estivesse presente, ele lhe ofertaria uma palavra de agradecimento. "Agradeço o seu testemunho de uma humanidade simples, não deixou de ser pessoa nunca". Isolete Wichinieski, da coordenação nacional da CPT, disse que "diante do seu legado, temos muita esperança de que esses povos sejam reconhecidos, sua identidade afirmada pelas políticas necessárias para seu bem viver e existência". Sirley Ferreira, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e que representou todos os movimentos da Via Campesina na ocasião, complementou que "é impossível não se emocionar, se inspirar com a trajetória, o legado de Dom Tomás, que tanto nos encoraja. Por honrar essa memória, permanecemos firmes na caminhada e na luta contra o racismo e o capitalismo. Desde o golpe de 2016, nos foram retirados muitos direitos. Assistimos a volta da fome e o crescimento da violência contra os povos, seus territórios e seus modos de vida. Nós, da Via Campesina, do MMC, assumimos o compromisso de combater a fome e todas as injustiças. Seguimos firmes na caminhada, resistindo, inspiradas em Dom Tomás Balduino".

Dona Nena, irmã de Dom Tomás, destacou a necessidade da continuidade de seu legado. "A luta dele não foi em vão. Vocês estão dando continuidade a ela. Agradeço imensamente esse trabalho de vocês. Que existam mais assentamentos, terra para os povos indígenas, água pura, alimentação saudável e vida tranquila. Muita paz e nenhuma vergonha de ser feliz!".

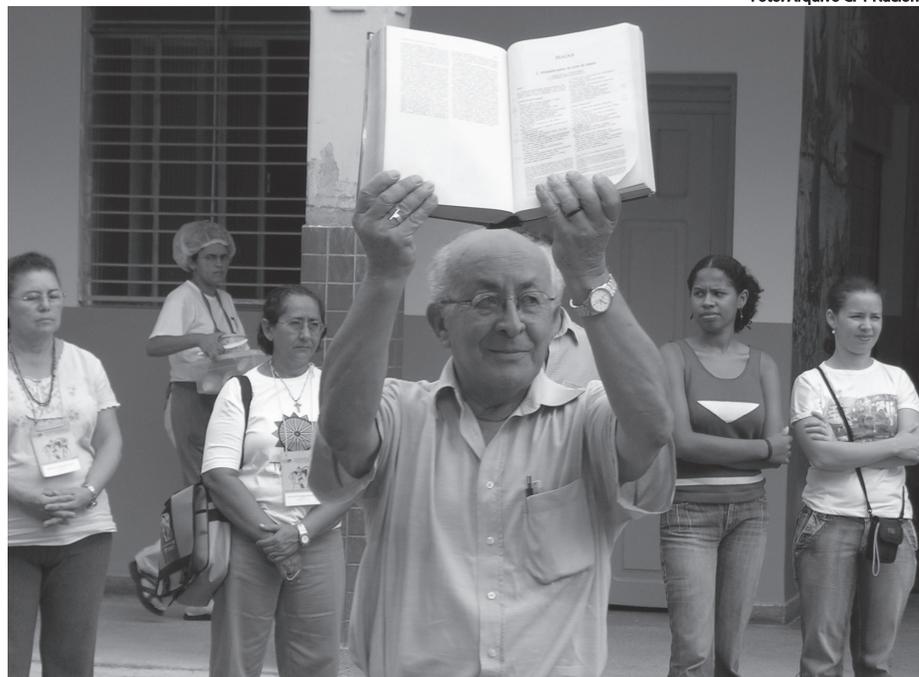


Foto: Arquivo CPT Nacional

e partidos políticos, mesmo com aqueles que em algum momento apoiou, mas que em decorrência de sua atuação, ou da sua não atuação, achou por bem criticar e cobrar. As mesmas críticas ele estendeu à Igreja, ou melhor, às igrejas, que se afastavam do compromisso evangélico de estar ao lado do povo pobre e injustiçado.

Dom Tomás continua vivo nas lutas do povo pobre da terra de todo o mundo. Sua voz ecoa no grito do camponês e do indígena que exigem terra para trabalhar e a preservação de seus

tenário de Dom Tomás Balduino. A homenagem foi proposta pelo deputado Vicentinho, do PT, e contou com a participação de Dom Jeová Elias, bispo da Diocese de Goiás; Daniel Seidel, secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), Isolete Wichinieski, coordenadora Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), frei Marcos Sassatelli, Dona Nena, irmã de Dom Tomás, Antônio Eduardo Cerqueira, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), frei Marcelo Barros, além de

## CONGRESSO EUCHARÍSTICO 2022

# Pastorais sociais participam do 18º Congresso Eucarístico Nacional

*Congresso destinou espaços para a divulgação de ações sociotransformadoras e construções coletivas no âmbito das entidades ligadas à Igreja Católica*

CLÁUDIA PEREIRA\*

Com o tema “Pão em todas as mesas” e lema “Repartiam o pão com alegria e não havia necessitados entre eles” (At 2,46), as Pastorais Sociais e Organismos que fortalecem a presença da Igreja no Brasil, por meio da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB), estiveram presentes no 18º Congresso Eucarístico Nacional (CEN), entre os dias 11 e 15 de novembro de 2022, na Arquidiocese de Olinda e Recife (PE).

O espaço da exposição foi fundamental para as entidades que compõem a Articulação das Pastorais do Campo para divulgar as ações e as construções coletivas para o caminho do bem viver dos povos. A participação no Congresso Eucarístico reforçou a visibilidade do trabalho caritativo e sociotransformador da Igreja Católica no Brasil.

As pastorais do campo, que junto às demais pastorais sociais que promovem o diálogo da Igreja com a sociedade a serviço da justiça e dignidade, nestes últimos anos desempenharam ações essenciais no país, que atravessa dificuldades socioeconômicas e políticas. Nestes dias de exposições e atividades, as entidades apresentaram suas ações, articulações e campanhas que ampliam o compromisso social da igreja para os mais pobres e vítimas das violações de direitos.

Durante a abertura da exposição das Pastorais Sociais, dom José Luiz Ferreira Salles, bispo de Pesqueira (PE) e presidente do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), dom José Ionilton de Oliveira, bispo da Prelazia de Itacoatiara (AM) e presidente da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e dom Reginaldo Andrietta, bispo de Jales (SP) e presidente da Pastoral Operária, todos membros da Cepast-CNBB, evidenciaram o espaço para as pastorais como parte do Congresso. “A Eucaristia é celebrada em cada ação que mulheres e homens realizam nas pastorais em todo o país. É o serviço do Lava-pés para os mais empobrecidos que esperam por uma igreja mais samaritana e uma igreja em saída, profética pela justiça e construção de um mundo mais justo”, disse dom José Luiz Salles.

## Exposição e atividades das Pastorais do Campo

Vários stands ocuparam um espaço aberto do Centro de Convenções de Pernambuco (CECON-PE), em Olinda, que reuniu as delegações das pastorais e organismos de todo o país com exposição das ações através de panfletos, fotografias, audiovisual, oficinas e rodas de conversas.

A CPT, que integra a Articulação das Pastorais do Campo, realizou atividades e apresentou a Campanha Contra a Violência no Campo, que conta com o apoio de mais de 60 instituições. “A Campanha é uma voz profética e não podemos calar essa voz. A apresentação da Campanha neste 18º Congresso Eucarístico, nós queremos envolver as comunidades com ações para que as pessoas, vítimas das violações de direitos possam ser ouvidas e que haja justiça”, disse dom José Ionilton de Oliveira, presidente CPT.

“Nós aproveitamos este momento do 18º Congresso Eucarístico para ampliar essa discussão junto às pastorais e outros organismos e discutimos o enraizamento da Campanha Contra a Violência no Campo e como a Igreja pode contribuir com a realização da campanha para envolver a sociedade”, reforçou a coordenadora nacional da CPT, Andreia Silvério. Carlos Lima, que também coordena a Comissão da Pastoral da Terra, reforçou a participação das pastorais do campo no 18º Congresso Eucarístico. Para ele o espaço foi importante e reflexivo com o tema que dialoga com as pastorais sociais, em especial com os povos do campo, das florestas e das águas que se produz o alimento.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que dividiu stand com a CPT, expôs os cinquenta anos da entidade, a trajetória de lutas pelos direitos dos povos indígenas. “O congresso Eucarístico traz as pastorais do campo para o centro das discussões a exemplo dos povos indígenas e aqui estamos dando visibilidade ao trabalho missionário com os indígenas. O CIMI nasceu em 1972 como filho do Concílio Vaticano II que foi o momento que a igreja deu uma abertura maior às questões sociais, em especial aqui no Brasil. Nós trabalhamos com a teologia da diversidade que respeita a cultura dos povos indígenas e tem sua raiz na igreja católica. Pão em todas as mesas significa ter a terra demarcada



Foto: Renata Costa

e o território como espaço sagrado”, destacou a missionária Alcilene Bezerra.

O Congresso Eucarístico é realizado pela igreja católica em todo o mundo. No Brasil o primeiro congresso foi realizado em 1933, na cidade de Salvador (BA), e tem como objetivo acolher os testemunhos de fé em Jesus Eucarístico. Esta é a primeira vez que as pastorais sociais participam do Congresso. Frei Olavo Dotto, assessor da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB), lembra que é preciso fazer memória ao convite da Arquidiocese de Recife e Olinda que propuseram a importância da participação no 18º Congresso Eucarístico. Frei Dotto considera que foram momentos que se faz história e o tema “Pão em todas as mesas” é o trabalho cotidiano das pastorais sociais no Brasil que diariamente leva o trabalho de base na busca pela dignidade humana.

\*Assessoria de Comunicação da Articulação das Pastorais do Campo

## CONGRESSO EUCARÍSTICO

# Enraizar a resistência, articular a esperança: Campanha Contra a Violência no Campo no 18º Congresso Eucarístico Nacional

*Durante o 18º Congresso Eucarístico Nacional, a “Campanha Contra a Violência no Campo: em defesa dos povos do campo, das águas e das florestas” deu um passo importante para o seu enraizamento junto às comunidades afetadas por conflitos agrários no país. Foi nesse evento, um dos mais importantes da Igreja Católica no Brasil, que a coordenação da Campanha realizou sua primeira visita a uma comunidade que sofre com a violência no campo.*

**LARA TAPETY E RENATA ALBUQUERQUE\***

No dia 13 de novembro, famílias agricultoras que vivem na região da Mata Sul de Pernambuco receberam a comitiva formada por Dom José Ionilton, bispo de Itacoatiara (AM) e presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Andreia Silvério e Carlos Lima, da coordenação nacional da CPT, além de agentes pastorais que atuam no local e representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape) e do Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar (Sintraf). A atividade ocorreu na comunidade de Fervedouro, município de Jaqueira (PE). Mais de cinquenta camponeses(as) do local e de outras comunidades do entorno estiveram presentes para relatar a extensa lista de violências a que estão submetidos(as).

Na ocasião, os testemunhos de resistência e fé se misturaram com o clamor por justiça e paz. “A gente vivia pacificamente. Hoje não sabemos o que fazer. Sofremos ataques de todas as maneiras, com homens armados, com cães de guarda, com ameaças de morte e de expulsão, com vigília por drones. Ultimamente, vivemos uma guerra química, pois estão aplicando veneno com drones em nossas lavouras. Estão matando sítio por sítio. Da maneira que vai, a população rural de Jaqueira vai ser extinta”, contou o agricultor Antônio Cicero, da comunidade de Barro Branco.

A região transformou-se num campo minado nos últimos anos. Com a falência e desativação de usinas de cana-de-açúcar, as terras passaram a ser exploradas por empresas pecuaristas. Essas últimas estão sendo denunciadas sob a acusação de invasão de terras e de promover violência contra centenas de famílias posseiras que moram na região há décadas, sendo muitas credoras das usinas falidas. Segundo dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, cerca de 1.500 famílias sofrem com as ameaças e violência na localidade, e dos 22 ameaçados de morte no estado em 2021, 18 vivem ali.

Realizar a primeira visita a uma comunidade em conflito nessa região foi,



Foto: Renata Costa

portanto, um marco para a Campanha Contra a Violência no Campo. Lançada em agosto de 2022 com a adesão de mais de 60 organizações sociais, a Campanha chega agora em uma nova etapa: articular a esperança e caminhar com os povos que sofrem com os crescentes conflitos agrários. Para isso, ações de enraizamento, como a ocorrida na Mata Sul, são estratégicas para alcançar um novo patamar de mobilização contra a violência no campo. “É dialogar com as comunidades e entender quais situações de conflito cada uma vivencia, para que possamos fortalecer as iniciativas que já estão em andamento e estabelecer uma articulação nacional para pressionar a atuação dos órgãos públicos”, resalta Andreia Silvério, da coordenação nacional da CPT.

“Queremos violência zero” - Outra atividade da Campanha que marcou o Congresso foi realizada em 14 de novembro, no Centro de Convenções de Olinda (PE), com a presença de camponeses(as) de Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Na ocasião, Carlos Lima, coordenador nacional da CPT, apresentou as principais diretrizes da Campanha e destacou que

o aumento dos conflitos coincide com o momento em que a democracia brasileira foi afetada. A Campanha observa que entre 2016 e 2021 - período após o golpe que culminou no impeachment de Dilma Rousseff - a violência no campo foi agravada. Em 2022, os números seguiram em alta. Segundo dados parciais da CPT, 25 assassinatos ocorreram ainda no primeiro semestre, 150% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre as soluções propostas para o problema estão o compromisso com a Reforma Agrária, a demarcação de territórios tradicionais, a garantia dos direitos constitucionais, o combate à impunidade e o fortalecimento das instituições públicas.

O momento também foi marcado por fortes testemunhos. Emocionado, o agricultor José Domingos contou que o seu sítio, na comunidade Gulandi, em Jaqueira (PE), foi destruído por agrotóxicos aplicados com uso de drones. “Quando eu cheguei na lavoura estava tudo queimado. Tinham jogado veneno no sítio completo, dois hectares de terra. Eu perdi tudo”, lamentou. Já a agricultora Amanda Maria, da comunidade Laranjeiras, no mesmo

município, alertou: “nossas crianças estão sendo violentadas, não têm o direito sequer de brincar, pois vivem amedrontadas. Queremos violência zero”, concluiu.

Alcilene Bezerra, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), destacou que a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições foi importante, mas é preciso continuar firme na luta para vencer a batalha contra a violência. “As comunidades indígenas também são beneficiadas com essa Campanha, porque uma vez que a gente divulga a iniciativa, a gente alerta a sociedade e o Poder Público sobre essa realidade”, disse.

Para o presidente da CPT, Dom José Ionilton, as atividades realizadas no Congresso, além de divulgarem a Campanha, reforçam o compromisso da Igreja com os(as) injustiçados(as) da Terra. “Para nós, católicos(as), a fé em Jesus presente na Eucaristia tem que ser compromisso social. Por isso a CPT nasceu, o CIMI nasceu, e tantas pastorais sociais nasceram para fazer a conexão entre a fé em Deus e o compromisso com os pobres e excluídos”.

# CPT realiza Semana Nacional para discutir um projeto

*Programação foi dedicada à reflexão sobre os desafios na construção de um projeto para o país junto aos povos do campo, das águas e das florestas, além de voltar o olhar sobre o próprio fazer pastoral.*

AMANDA COSTA\*

Pés no chão. Vozes de agentes entoando a missa dos quilombos. 'Estamos chegando do fundo da terra, estamos chegando do ventre da noite, da carne do açoite nós somos, vamos lembrar'. Assim deu-se início à programação da Semana Nacional de Formação, que na ocasião teve como tema "Povos do campo, das águas e das florestas na construção do Projeto Popular para o Brasil: desafios para a Comissão Pastoral da Terra".

Entre os dias 4 e 7 de novembro, agentes, coordenadores e coordenadoras de regionais, além de assessores e assessoras, estiveram reunidos no Centro Pastoral Dom Fernando, em Goiânia-GO, para partilhar experiências, saberes e práticas desenvolvidas diante da atual conjuntura, levando em consideração a sua atuação pastoral junto aos diversos povos do campo brasileiro. Da mesma maneira, o Encontro se propôs a elaborar novas perspectivas de enfrentamento e resistência para os próximos anos, que se colocam como desafiadoras para o romper de cercas da luta camponesa.

Neste caminho, integrantes de movimentos históricos do campo e parceiros da CPT abriram o Painel 'Uma leitura do campo brasileiro, desafios e perspectivas'. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST) foram provocados a apresentar um olhar sobre a conjuntura a partir da atuação de cada uma das organizações, indicando os desafios agrários, a reafirmação da pauta dos povos do campo na cena política e a formas de enfrentamento que precisam ser assumidas frente a ascensão da extrema-direita no país.

Nonato Nascimento, integrante do CPP regional Ceará e militante do Movimento Negro, lembrou o percurso histórico do que os movimentos sofreram nos últimos anos, incluindo

golpes e contra-reformas. Nascimento colocou o processo de formação como papel principal dos profetas e profetisas rebeldes na construção de um projeto popular, proposto a partir do que nomeia como 'pedagogia da maré'. "Este é um movimento que vai e volta, que enche e seca, o movimento em que você consegue encarar as ondas ou o momento em que a embarcação não consegue chegar na praia", exemplificou.

No sentido de refletir sobre a Reforma Agrária em seu sentido amplo, Alair Luiz dos Santos, secretário de Política Agrária da CONTAG, apresentou algumas propostas que têm sido pensadas para incidência política e junto aos territórios, as quais também se apresentam como desafio tendo em vista o enfrentamento vislumbrado para o governo Lula. "O governo que temos aí vai ter que fazer muitas negociações, enfrentar muita resistência, e daqui vamos ter que apertar para trazer um fortalecimento do nosso campo, dos agricultores e agricultoras familiares, da luta pela terra", afirmou o secretário.

Para fechar as contribuições ao painel, Gilvan Rodrigues, da direção do MST em Goiás, teceu análise sobre a atuação da extrema-direita no período eleitoral deste ano e resgatou ações feitas como resistência e propostas. "Em 2002 ganhamos uma junção de forças sociais, mas sabíamos que havia uma conciliação de classes. Agora, o que estava em jogo era um projeto fascista e de extermínio das organizações, ou um projeto democrático com viés popular. Se tivéssemos perdido, talvez caminhássemos em outro rumo, embora ganhar as eleições não signifique que ganhamos toda a guerra", enfatizou.

## "Onde cabem as comunidades tradicionais no projeto popular para o Brasil?"

Foram as próprias comunidades que trouxeram falas em busca de resposta

a este questionamento. Em uma roda de conversa voltada à escuta de partilhas que vem do chão dos territórios, sobre resistências, desafios e caminhos de esperança, um indígena Akroá-Gamella compartilhou a história de seu povo, que vem fazendo a luta e resistência pela terra e pelo direito de existir desde seus ancestrais.

Indagado sobre de onde vem a força para seguir na luta, revelou: "evocamos nossos encantados, a força que vem de dentro. A comunidade que não pratica sua fé, não chega aonde ela quer". De seu relato também ecoou que "a luta não se faz com fome". Ao falar da diversidade da produção de alimentos de seu território, reforçou a necessidade de "respeitem o nosso tempo, o tempo de plantar, de colher, de celebrar".

A força, além de emergir dos encantados, brota do chão em que os alimentos são cultivados sem veneno. É o que comprovou a agricultora do assentamento Capim de Cheiro, na Paraíba. Em sua fala, a assentada fez um resgate da luta histórica de sua comunidade pela produção e comercialização agroecológica. "Hoje, depois de todas as lutas que enfrentamos, porque muitos desistiram, não acreditavam, somos 100 famílias no processo agroecológico, e todas elas produzindo seus próprios produtos". Enfatizou, ainda, a atuação crucial das mulheres no êxito do trabalho, sendo essas responsáveis por motivar 59% das famílias agricultoras.

## Semente na terra

No segundo dia, as/os agentes iniciaram a programação proferindo palavras-sementes que simbolizam a existência e resistência. A partir da lembrança do legado do indígena Sebastião Mário Alves Mimbydjú, cacique Nhandeva-Guarani da TI Pinhalzinho, em Tomazina (PR), que encantou-se mas deixou seu testemunho, a formação dedicou-se a refletir sobre a construção do projeto para o campo,

tanto a partir das políticas do Governo Federal quanto por meio de perspectivas de autonomia, governança e ideais de bem-viver.

"Estamos agora, a partir dos anos 1980, sob um regime alimentar corporativo, que é controlado por grandes corporações internacionais, como a Bayer, Monsanto, Cargill, Bunge, baseado em alguns poucos grãos e em uma indústria que faz de tudo com esses poucos grãos", comentou. Na ideia de Raul Krauser, da direção nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a ideia do abastecimento alimentar se dá na figura de um triângulo, em que, em uma das pontas estão os alimentos ultraprocessados a base de milho, soja e trigo - onde se concentra a maioria da população mundial; na outra ponta estão os alimentos orgânicos, naturais, funcionais; e na terceira ponta está a fome como uma expressão das outras duas.

Para produzir a enormidade de soja necessária para dar conta da cadeia de ultraprocessados, são necessárias grandes extensões de terra. Sendo assim, Krauser pontuou que é nesse contexto que se inserem as tensões do governo. "Temos o



ÃO DA CPT

# acional de Formação

# o popular para o Brasil

agronegócio querendo fazer o triângulo e nós querendo desmontá-lo para construir outra coisa no lugar. Somos uma pedra no sapato para a consolidação do regime alimentar corporativo, por isso atacados. Ao mesmo tempo, e principalmente, somos a utopia", salientou e em seguida acrescentou que o caminho é árduo e demanda organização de povo, atuação dos movimentos no campo unitário, na Via Campesina, e Articulação Internacional para Mudanças Climáticas.

Seguido da fala de Raul, Roberto Ricardo Vizontin, assessor do PT na Câmara dos Deputados, compactuou das considerações anteriores e reforçou que "esse governo, por mais júbilo que tenhamos, é um governo em disputa, dada a correlação de forças. E a concretização das propostas vai depender da nossa capacidade enquanto movimentos e trabalhadores, de nos organizarmos e exigirmos que isso se cumpra".

O dia também foi dedicado à escuta da partilha de Raquel Rigotto, professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenadora do Núcleo 'Tramas e uma das mais importantes pesquisadoras no campo de agrotóxicos no país. A Roda de Diálogo 'Perspectivas de autonomia e governança, a perspectiva dos povos e comunidades' convidou o coletivo, a pensar o Brasil que queremos a partir das experi-

ências desenvolvidas pelos saberes ancestrais dos povos originários e comunidades tradicionais.

Desde o seu trabalho nas Comunidades Eclesiais de Base na periferia de Belo Horizonte (MG) até nos sertões do Ceará, em especial na Chapada do Apodi, Rigotto resgatou a cosmovisão revolucionária dos povos, contrária ao que a modernidade ocidental capitalista impõe, a qual "nos convidam a olhar a natureza com



Foto: Amanda Costa

reverência, com respeito, como sagrado. Nos chamam a enxergarmos como seres parte dessa natureza, a produzir conhecimento a partir dessa nossa relação".

## E nós? Pastoralidade foi tema do terceiro dia

Debaixo da sombra de uma frondosa mangueira no Centro Pastoral, local sagrado e histórico onde foi criada a CPT, mais um passo foi dado rumo ao comprometimento de continuação na luta junto às populações do campo. Neste espaço simbólico foram lembrados e compartilhados relatos de mulheres que têm sido exemplos de força, resistência, fé e de construção de saberes. Mulheres essas inspiradas nas tantas Rutes que vão além do evangelho: estão espalhadas pelos territórios camponeses e tradicionais.

O primeiro desafio do dia foi empenhar-se no tema 'Desvendando a concepção do Ecosocialismo e a Economia de Francisco e Clara'. Contribuíram neste espaço o jornalista, militante do PSOL e assessor parlamentar, Peterson Prates, além de Ruben Siqueira, agente da CPT Bahia. Prates iniciou suas considerações a partir de sua atuação na Articulação Brasileira para a Economia de Francisco e Clara, e resgatou pontos interessantes da dinâmica para o chamado do Papa Fran-

cisco para uma Economia Integral e a sua íntima ligação com a nossa preocupação ecológica/ambiental.

Prates lembrou a visita do Papa a Assis, que, em diálogo com a articulação em nível latino-americano, começou a tecer discussões sobre o conceito de ecosocialismo ao pensar "uma economia amiga da Terra", inspirada em Francisco de Assis, uma economia de paz. Quem tratou sobre o conceito foi Ruben Siqueira, desde pensamentos elaborados por Michel Lowy, sociólogo brasileiro radicado na França. Foram abordadas, portanto, a contextualização desse debate sobre o termo, o levantamento de referenciais, uma retrospectiva histórica e conclusão-síntese.

O ecosocialismo, de acordo com o exposto, se apresenta como a resposta capaz e competente para mudar o sistema e enfrentar o problema climático. De modo a construir propostas coletivas nessa direção, o manifesto 'Chamado para uma transição ecossocial no Brasil' dispõe sete pontos para dialogar com a sociedade brasileira sobre os caminhos necessários a trilhar neste sentido.

## Um olhar sobre a pastoralidade da CPT

Convocados pela memória subversiva do evangelho, delegou-se também a tarefa e o desafio de pensar a CPT em

meio a todo o contexto apresentado ao longo dos dias da formação. Para este momento foi convidada a pastora Romi M. Bencke, teóloga luterana, que iniciou a sua exposição nos convidando a pensar quem somos enquanto pastoral. "A CPT é uma pastoral colocada dentro de uma ação e tradição religiosa, do cristianismo católico romano, de abertura ecumênica e inter-religiosa", afirmou.

De acordo com Romi, essa definição se dá no sentido de dizer quem são os sujeitos que se unem, por meio da pastoral, para pensar um projeto para o Brasil. Quais são as características e identidades que atravessam esses sujeitos que estão em construção? Essa foi a reflexão semeada.

Para elucidar o contexto que apresentou, Romi utilizou-se da simbologia do mito romano da Hydra. Em sua explanação, o capitalismo é o monstro da Hydra que vamos vencendo. Cortando uma cabeça e três outras se regenerando. Mas podemos imaginar Hércules como o coletivo, que é quem vai pensar em estratégias para podermos chegar na cabeça principal e derrotá-la. Cabeças que representam a financeirização, o agronegócio, os projetos de morte etc.

Por fim, a pastora propôs que possamos assumir a necessidade de nomearmos qual pastoral somos. Em sua concepção é uma pastoral libertadora, coletiva, transformadora, ecumênica e inter-religiosa. E mais: é, sobretudo, periférica. "Esse é o nosso lugar. Ali está a nossa força coletiva para cortar as cabeças da Hydra, dali que brotam as estratégias. Precisamos dar visibilidade e colocá-las no centro da nossa própria tática pastoral". Ao mesmo tempo, declarou: "Não podemos perder a dimensão da Reforma Agrária, as nossas raízes. Precisamos voltar à mangueira - em sua simbologia - sempre, para não nos perdemos".

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## DIVERSIDADE

# Seminário Internacional da Via Campesina Brasil debate diversidade sexual e identidade de gênero

Entre os dias 03 e 06 de novembro de 2022, mais de 60 pessoas de oito nacionalidades diferentes, participaram do 2ª Seminário Diversidade Sexual e Identidade de Gênero na Via Campesina Brasil, que teve como tema "LGBTI+ La Via Campesina: Colorindo territórios e semeando orgulho e resistência!"

MÁRIO MANZI\*

A segunda edição do Seminário, desta vez presencial, foi realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema (SP). A atividade é um dos resultados de um extenso processo de construção coletiva de discussões, formações e encontros. Participaram representantes de dez organizações, movimentos sociais, além de povos e comunidades tradicionais de Brasil, Argentina, Colômbia, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Alemanha.

Dentre as discussões abordadas pela programação constaram os desafios dos povos do campo, das águas e das florestas na construção de um projeto de campo com produção de alimentos e relações humanas saudáveis; saúde LGBTI+; Patriarcado, racismo e capitalismo e o desafio da luta decolonial, não binária e anti-LGBTifobia na América Latina; Território, orgulho e resistência LGBTI+ no campo; orientação sexual, identidade de gênero e interconexões com a luta de classes.

O seminário também se constituiu como momento de partilha de experiências, bem como uma ocasião para apresentar os materiais produzidos pelo Coletivo LGBTI+ da Via Campesina e pelas organizações. Destacou-se, no material pedagógico distribuído às pessoas participantes, uma cartilha específica do evento, que trouxe a linha histórica de formação do Coletivo.

## Sem LGBTI não há revolução

Dê Silva, do Coletivo LGBTI da Via Campesina, ressaltou a necessidade de visibilizar a importância das discussões sobre gênero e sexualidade, no processo de enfrentamento ao capital e as opressões que o acompanham. "Quando pensamos em uma revolução, pensamos para um conjunto social, e devemos pensar em uma construção coletiva para atingir nossos ideais e um mundo melhor para todos. Não há território livre se tem território com homofobia, machismo e outras formas de opressões, devemos pôr a mão na engrenagem para dizer que existimos e precisamos participar desses processos de transformações sociais", finalizou.

## Plano de ação

O último dia do Seminário foi dedicado à definição e a socialização das linhas políticas dos movimentos e do Coletivo LGBTI da Via Campesina. À ocasião foram tratadas também as ações e atividades que devem ser realizadas.

Foto: Emily Firmino



## CPT realiza I Encontro Nacional de Diversidades

Entre os dias 27 a 29 de setembro de 2022 foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Diversidades da Comissão Pastoral da Terra. Sediado no Retiro São Leopoldo Mandic - Freis Capuchinhos, em Hidrolândia (GO), agentes, assessores, coordenadoras e coordenadores, parceiras e parceiros, estiveram reunidos para debater as diferenças que compõem a CPT, com discussões sobre raça, sexualidade, gênero e identidades.

MÁRIO MANZI\*

De modo a remontar e socializar pontos históricos individuais e coletivos que desaguarão na criação do Grupo de Trabalho (GT) de Diversidades da CPT, foi construído coletivamente o Rio do Tempo. A proposta de memória consistiu em povoar o rio, com episódios, eventos e circunstâncias emblemáticas para a constituição do GT e, sobretudo, a estruturação das discussões enquanto processos de resistência e de formação coletiva.

Dentre as programações dos três dias, foram debatidos temas como "Interseccionalidades, Violências e Conflitos no Campo: experiências em trânsito no campo da diversidade"; "Debate sobre Registro de Conflitos no Campo", "Macroecumenismo – Religião e Diversidades". O espaço também dedicou espaços para a troca de experiência, autocuidado, além de uma sessão de cinema, que exibiu o filme "Transversais".

Na ocasião foi feita uma relatoria gráfica, por Ricardo Wagner, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST-Ceará). Durante todo o Encontro, o artista produziu dezenas de cartazes coloridos, com a representação em desenho do que estava sendo debatido.

Sobre a importância do Encontro, foi pontuado por Alex Ratts, que é professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), geógrafo e antropólogo, e assessorou o evento, que "é preciso trabalhar com o que nos fundamenta. Cada movimento, cada comunidade, tem um fundamento. Não trabalhar com a visão de atraso. [...] Não estamos engatinhando, isso aqui é muito! Mas sabemos que é delicado. Tem coisa que tem que ser tratada aqui, tem assuntos próprios de cada espaço. As coisas só mudam por quem é de dentro", concluiu.

Ághata Benks, do Coletivo de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra do Sul do ES + Diversidade, falou sobre a situação de violências vivenciadas por pessoas LGBTQIA+, principalmente contra corpos transgêneros. "Na maioria das vezes as violências, nossos casos são negligenciados, subnotificados. E a crueldade da questão LGBT, toda a problemática da transsexualidade, [uma vez que os nossos] são os corpos que mais são tombados, e nas suas especificidades são negras".



## Manifesto

Dentre os encaminhamentos do Encontro, foi construído um documento formal intitulado "Carta Manifesto do 1º Encontro Nacional de Diversidades da CPT", que trouxe como alguns pontos de reivindicação "Propor o debate de que a CPT assumira também como linha política o combate a LGBTfobia, o patriarcado e o racismo no campo, junto à luta de classes; Política de formação de educação popular com a pauta sobre as diversidades; Política de apoio aos agentes vítimas de LGBTfobia, racismo e machismo; Criação de instrumentos de denúncia e registros das violências contra as diversidades (raça, gênero e sexualidades) no campo".

\*Assessoria de Comunicação da CPT Nacional

## DADOS PARCIAIS 2022

# Aumentam as ocorrências de conflitos por terra, resgatados do trabalho escravo e assassinatos em 2022

No primeiro semestre de 2022 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou, por meio do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 759 ocorrências de conflitos no campo no Brasil, envolvendo um total de 113.654 famílias. Esses números correspondem a 601 ocorrências de conflitos por terra, 105 ocorrências de conflitos pela água, 42 ocorrências de conflitos trabalhistas (41 casos de trabalho escravo e 1 caso de superexploração), 10 ocorrências de conflitos em tempos de seca e 1 ocorrência de conflitos em área de garimpo. A Amazônia Legal responde por mais da metade do total de conflitos no campo registrados no período. Além disso, em 2022, até agora, a CPT registrou 33 assassinatos, sendo 25 somente no primeiro semestre. Cinco mulheres foram assassinadas e esse é o maior número registrado desde 2016.

## CRISTIANE PASSOS\*

No primeiro semestre de 2021 foram registradas 765 ocorrências de conflitos no campo, com 124.226 famílias envolvidas, sendo 570 ocorrências de conflito por terra; 134 conflitos pela água e 61 conflitos trabalhistas. No Eixo Terra, o aumento no número de ocorrência de conflitos é de 5,44%, enquanto os Eixos Água e Trabalhistas apresentam uma queda no número de ocorrências, de 21,64% e 31,14%, respectivamente. É importante destacar que desde 2013 não havia registros de Conflitos em Tempos de Seca, sendo novamente registrado neste primeiro semestre de 2022, principalmente em decorrência da seca que atingiu a região Sul do Brasil.

De janeiro a junho de 2022, das 601 ocorrências de conflitos por terra, 554 foram referentes a violências contra as famílias e/ou contra as pessoas, 45 ocorrências de ocupações/retomadas e 2 a ocorrências de acampamentos. Em 2021 foram 549 ocorrências de violências contra as famílias e/ou contra as pessoas, 19 de ocupações/retomadas e 2 de acampamentos.

## Violência contra a ocupação e a posse

Destaca-se, também, o crescimento do número de famílias que sofreram Ameaça de Expulsão (4.981 famílias) e Destruição de Roçados (1.964 famílias) no primeiro semestre de 2022, em comparação com o mesmo período em 2021. O crescimento foi de 46,54% e 21,33%, respectivamente. Em relação aos dados de despejos, é importante destacar o impacto positivo das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de suspender os despejos judiciais durante o período da pandemia da Covid-19, a partir de março de 2020. As ameaças de despejo judicial diminuíram paulatinamente nos primeiros semestres



Foto: Andressa Zumpano

dos três anos posteriores a 2019, sendo que o mesmo período de 2022 registrou um número de famílias atingidas por essa violência 69,3% menor (4068, em comparação com as 13.259 de 2019). Em 2022, os seis primeiros meses do ano tiveram um número de famílias despejadas (436), 90,31% menor que no mesmo período do ano anterior à pandemia.

Algumas violências contra a ocupação e a posse passaram a ser registradas a partir de 2019, sendo uma delas a Contaminação por Agrotóxico, que obteve o maior percentual de aumento de famílias atingidas em relação aos primeiros semestres de 2021 e 2022, com um índice de 161,34% (5.637). A Contaminação por Agrotóxico vem atingindo progressivamente as famílias desde 2019, chegando ao registro nos primeiros seis meses de 2022 um número 376,50% maior que o mesmo período de 2019 (1183 famílias).

## Violência contra a pessoa: crianças e adolescentes na mira durante o governo Bolsonaro

Os principais tipos de violência contra as pessoas no primeiro semestre de 2022 foram as prisões, representando 16,82% do total, seguidas de tentativas de

assassinato, com 10,28%, intimidação, com 9,35%, e ameaça de morte, com 9,35%. Em 2022, a CPT registrou 33 assassinatos (compilados até 05/10/2022) por conflitos no campo, sendo que 25 deles ocorreram ainda no primeiro semestre. Um dado em específico chama a atenção quando analisamos os assassinatos nos conflitos no campo. Crianças e adolescentes passaram a estar na mira deste tipo de violência durante o governo Bolsonaro. De 2019 a 2022, 7 crianças e adolescentes foram mortos no campo. Destes, 4 eram indígenas. Para além da gravidade do assassinato de crianças e jovens, precisamos refletir, com foco nesses casos, sobre a tentativa de assassinar o futuro do país. O futuro, inclusive, da permanência dos povos originários e camponeses em seus territórios.

## Violência contra as mulheres

No primeiro semestre de 2022, a CPT registrou 74 mulheres vítimas de violências em conflitos no campo. Os principais tipos de violência contra as mulheres nesse período foram a ameaça de morte, com 21,62% do total, seguido de intimidação, com 18,92%, e tentativa de assassinato com 10,81%. No primeiro semestre de 2022, cinco mulheres foram assassinadas, o maior número registrado desde 2016.

## Na Amazônia Legal foram registrados mais da metade dos conflitos no campo nos primeiros seis meses de 2022

Ao analisar os dados referentes à Amazônia Legal, percebe-se que no primeiro semestre de 2022 houve um aumento de 33% no registro de conflitos no campo em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 425 ocorrências desses conflitos, envolvendo 65.974 famílias, o que representa, também, 55,85% de todos os conflitos no campo registrados no país. Destes, foram 345 ocorrências de conflitos por terra, 63 ocorrências de conflitos pela água, 16 ocorrências de conflitos trabalhistas (15 casos de trabalho escravo e 1 caso de superexploração) e 1 ocorrência de conflitos em área de garimpo. As maiores vítimas dos conflitos por terra registrados na Amazônia Legal foram os indígenas (36%), seguidos pelos quilombolas (25%), e pelos posseiros (13%).

## Conflitos Trabalhista/ Trabalho Escravo Rural

Os dados parciais do primeiro semestre de 2022 apontam uma tendência de crescimento de pessoas libertadas da condição de trabalho análogo à escravidão, tendo sido catalogado, nesse período, o maior número de libertados dos últimos 10 anos (743). Esse número é 4,5% maior do que o registrado no mesmo período de 2021, que teve o segundo maior número de libertados dos últimos dez anos. Em relação ao número de casos de trabalho escravo, durante o primeiro semestre de 2022 (41) foi registrado um número 32,78% menor em relação ao mesmo período de 2021 (61).

## PÁGINA MULHERES

# Machismo e Patriarcado

“As práticas machistas e patriarcais, perpetuadas pelo Estado e por empresas, tentam exterminar nossas histórias, nos expulsando dos territórios [...]”.

Foto: Amanda Costa

**MACHISMO** - Conjunto de crenças, atitudes, práticas políticas, econômicas, culturais e sociais que colocam as mulheres como seres inferiores aos homens e, com isso, negam a elas a ocupação de espaços ou as marginalizam. “Nós temos um projeto de plantio de mandioca, sou líder do grupo. E acho normal porque se eu colocar um pouco de admiração nisso é como se eu tivesse praticado o machismo comigo mesmo. E esse machismo sempre existiu, mas talvez com outros nomes. Ouvi das minhas tias os relatos de que ela dizia que não participava dos encontros dos homens, e não falar é violência.” (Vanusa Guajajara - ISPN/RAMA)

O aumento da violência contra as mulheres se dá principalmente em decorrência do machismo. De acordo com o Mapa da Violência de Gênero no Brasil, em 2017, as mulheres foram vítimas de 89% das violações sexuais (estupros) e também representam 67% dos registros de violência física. Essas violências são vivenciadas diariamente nos territórios. “O índice de violência aumentou dentro das comunidades, uma companheira teve o filho morto, por defender a mãe por conta da violência. Na minha casa meu marido não entendia a relação com a terra, com a comunidade, o amor que tenho pelas mulheres, pelas palmeiras de babaçu, pela terra.” (Francisca Pereira MIQCB - Codó).

“São várias comunidades, famílias, que estão sendo expulsas pelo agrogócio. Nessas áreas não é só a violência doméstica, mas a do campo, principalmente quando estamos defendendo o que é nosso, a violência é generalizada. Tenho uma preocupação de ser perseguida e violentada em defender os direitos da gente. Eu hoje estou no Movimento e passo por esses problemas, às vezes temos que fazer coisas que não era do meu interesse, mas agora estou fazendo meus projetos de horta.” (Hélia - Coletivo Fundo Fecho de Pasto e da Escola Família Agrícola)

A autora Silvia Federici (2017),



explica que o processo de acumulação capitalista não se deu apenas pelos cercamentos de terras dos trabalhadores na Europa e pela escravização dos povos originários da África e da América, mas também pela construção de uma nova ordem patriarcal. O desenvolvimento do patriarcado levou à exclusão de mulheres de trabalhos remunerados, provocando um efeito de subordinação e de dependência econômica em relação aos homens e, ao mesmo tempo, transformando seus corpos em máquinas de trabalho doméstico e de parir. Mas afinal, o que é o patriarcado?

**PATRIARCADO** - Sistema sociopolítico em que há a dominação dos homens sobre as mulheres. É esse sistema que sustenta o machismo e o capitalismo.

“No sistema patriarcal, nós mulheres temos menos poder que os homens. Não tem a ver só com minha família, isso é uma estrutura. Nessa roda, em que o sistema é representado, há o controle sobre o nosso corpo, a divisão sexual do trabalho, o poder para os homens e a violência para nos manter nesse poder[...]” (Carmem Silva - ONG SOS Corpo).

Grande parte da história das mu-

lheres foi marcada pela submissão. Somase a isso uma dupla carga: de opressão e exploração. Subordinadas ao modelo patriarcal, que reforçava a ideologia de que os homens são superiores às mulheres, por isso as submetem a uma suposta condição de inferioridade, essa dura realidade foi vivida durante séculos e ainda é recorrente nos dias de hoje. Em um contexto em que os valores patriarcais eram altamente influenciáveis, a história das mulheres acabou sendo escrita por homens, homens de elite e de classes dominantes ou a serviço delas.

“Foi assim que desde a antiguidade até nossos dias, os primeiros elaboravam teorias, defendiam idéias e opiniões, que muito influenciaram na formação de uma imagem de mulher para justificar o lugar da segunda categoria que ela sempre ocupou na sociedade. Eles foram políticos, filósofos, religiosos, pensadores de todos os tipos.” (ALAMBERT, 2004, p.02)

O modelo imposto pela sociedade patriarcal, machista e racista, que estabelece uma visão equivocada de dominação, há anos atinge cruelmente a vida das mulheres.

“Enfrentar o racismo, machismo

e patriarcado é uma grande luta política. Quem mais tem se colocado à frente dessas questões são as mulheres, às vezes a gente assina esse contrato social com sangue e lágrimas, mesmo não querendo muitas vezes. Por isso precisamos rasgar esse contrato!” (Maria Kazé - MPA)

Aprendemos, com essa mesma história, que a opressão só é vencida por quem é oprimido. No caso do machismo, em que as mulheres são as maiores vítimas, somos nós que precisamos assumir a luta e garantir a participação feminina no projeto popular. E que não seja apenas simbólico, só um elemento místico. Precisamos nos organizar, construir alianças entre mulheres do campo e da cidade, fortalecer lutas em que sejamos protagonistas, como o 8 de março, que celebra o Dia Internacional

da Mulher, e desempenhar papéis importantes na sociedade, sempre lutando por justiça e por direitos.

“Quando as mulheres tomam um lugar de poder, é como se nós não pudessemos estar nesse lugar. São coisas pequenas, como estar na associação da comunidade, numa fala na reunião. Nessas eleições nós estamos fortalecendo os homens que estão espancando mulheres, machistas, violentos. Temos que votar em mulheres, fortalecer essa política. Fortalecer essa política, juntas e juntos. Esse é um dos espaços dessa ação coletiva.” (Sandra Regina - MIQCB)

A teórica Bell Hooks (2019), propõe uma transformação que envolve uma crítica ao machismo (e também à dominação da supremacia branca) e apresenta o feminismo como uma possível política transformadora. Mas defende que para que a luta feminista coloque fim a dominação patriarcal, essa deva ser considerada de igual importância por mulheres e homens, e que também seja construída coletivamente, com amor e solidariedade.



## Hebe de Bonafini, histórica líder das Mães da Praça de Maio, morre aos 93 anos na Argentina

Foto: Divulgação



Hebe de Bonafini, a histórica presidente da associação argentina Mães da Praça de Maio, criada durante a última ditadura (1976-1983) no país para descobrir o paradeiro de seus filhos e outras pessoas presas pelo regime militar e depois desaparecidas, faleceu no dia 20 de novembro, aos 93 anos, conforme confirmou a vice-presidente Cristina Kirchner. O governo decretou três dias de luto nacional.

Bonafini morreu em um hospital da cidade de La Plata, na província de Buenos Aires, onde estava internada desde o dia 12 de novembro. No mês de outubro, ela ficou internada três dias para exames, mas teve alta.

Através de um comunicado divulgado nas redes sociais, o governo argentino anunciou que “decreta três dias de luto nacional e presta homenagem a Hebe, à sua memória e à sua luta, que estará sempre presente como guia nos momentos difíceis”.

A ativista dos direitos humanos teve dois filhos e uma nora desaparecidos durante a ditadura. O primeiro a ser preso e sumir foi seu filho Jorge Omar, sequestrado em 8 de fevereiro de 1977 em La Plata. Em 6 de dezembro do mesmo ano, seu outro filho, Raúl Alfredo, teve o mesmo fim, em Berazategui. Em 25 de maio de 1978, foi a vez da mulher de Jorge, María Elena Bugnone Cepeda, levada pelos militares.

## Para a CLOC, comunicação é identidade, projeção, convicção e posição

Realizou-se no dia 17 de novembro, a segunda jornada de comunicação no âmbito da VI Escola Continental de Comunicação do CLOC (Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas). Desta vez o programa contemplou três momentos, um para conhecer a estrutura e funcionamento da CLOC, num segundo momento foi exposto sobre como tem sido o trabalho de comunicação da CLOC ao longo dos anos e, por fim, foi abordado o trabalho de comunicação realizado pela Via Campesina a nível internacional.

Durante esta jornada, também foi feito um passeio histórico de como tem sido a comunicação dentro da CLOC,



Foto: Divulgação

no qual lembramos o papel crucial desempenhado pela Agência Latino-Americana de Informação (ALAI) que, comprometida com os direitos humanos, a democratização da comunicação e ou-

tros temas, foram os precursores deste importante trabalho de comunicação assumido com grande responsabilidade pelos países, regiões e continente.

O trabalho tem sido constante e com muito empenho, o que permitiu à CLOC parte de processos coletivos de aprendizagem como as diferentes escolas de comunicação continental, a primeira foi realizada na Nicarágua (2011), Brasil (2012), Nicarágua (2013) e Colômbia (2016); Praticamente a V Escola foi coordenada da Nicarágua em 2020 e da mesma forma será desenvolvida a VI Escola de Comunicação para o ano de 2023.

## América Latina tem as escolas primárias mais segregadas por renda do mundo, revela estudo

A América Latina é a região do mundo com os maiores índices de segregação escolar por renda entre alunos do ensino fundamental. Em outras palavras, a mistura de crianças ricas e pobres em sala de aula é muito rara. É o que mostra o estudo “Segregação escolar por nível socioeconômico na educação primária na América Latina e no Caribe”, publicado no início deste mês na Revista Ibero-Americana de Qualidade, Eficiência e Mudança na Educação.

A pesquisa, que compila dados heterogêneos e incompletos de 16 países do continente e os compara com os índices do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), mostra que oito dos dez países com os piores índices do mundo são latino-americanos. Panamá, Peru, El Salvador, Honduras, Colômbia e Guatemala lideram a lista. A segregação escolar faz com que alunos de origens desfavorecidas se concentrem nas mesmas escolas, conhecidas como escolas de gueto, e perpetuem sociedades mais desiguais.

A segregação escolar e a desigualdade são dois lados da mesma moeda. Os países cujas diferenças sociais são mais pronunciadas tendem a ter sistemas educacionais semelhantes. Embora quando se fala em segregação escolar, ela possa estar ligada às habilidades do aluno, seu grupo cultural ou seu idioma, a variável econômica é a que tende a sustentar todas as demais desigualdades.

Foto: Andressa Zumpano



O perfil do aluno mais desfavorecido costuma ser semelhante em todo o continente: rural e indígena ou afro-descendente.

## COP27 decide fundo histórico, mas batalha nem começou

Foto: Joseph Eid



A COP27 fez história nas conferências climáticas da ONU ao decidir pela criação de um fundo de perdas e danos, para países em desenvolvimento, particularmente vulneráveis aos impactos climáticos. Mas quem serão os doadores, quais as fontes de recursos, quem terá acesso ao dinheiro, quais os critérios para definir quem é vulnerável, tudo tem que ser montado a partir de agora por um comitê que tem prazo até a COP28, nos Emirados Árabes, para apresentar uma proposta. O fundo foi decidido, mas não tem dinheiro. A batalha começa agora — a briga fica postergada para 2023.

A demanda por um fundo que compense os danos sofridos por países mais pobres vem sendo feita há 30 anos pelas nações-ilhas invadidas pelo mar e países constantemente castigados por chuvas torrenciais ou cada vez mais secos.

Se a COP do Egito avançou na decisão de criar o fundo de perdas e danos, retrocedeu no corte de emissões. O texto de capa, que é apenas político, sequer menciona o compromisso de reduzir o uso de carvão, como foi em Glasgow e também não faz referência a “reduzir o uso de combustíveis fósseis”, como se esperava.

Em “Hebe de Bonafini, histórica líder das Mães da Praça de Maio, morre aos 93 anos na Argentina”: (Via O Globo)

Em “Para o CLOC, comunicação é identidade, projeção, convicção e posição”: (Via CLOC-Via Campesina)

Em “América Latina tem as escolas primárias mais segregadas por renda do mundo, revela estudo”: (Via O Globo)

Em “COP27 decide fundo histórico, mas batalha nem começou”: (Via Valor)

## PÁGINA BÍBLICA

# O apocalipse de João

*Dando seguimento à análise de Sandro Gallazzi sobre o Evangelho de João, vamos ver o processo de escrita do livro do Apocalipse.*

**SANDRO GALLAZZI\***

Trata-se de um livro fundamental para entender o que significou para os apóstolos a fidelidade ao projeto de Jesus, à comunidade, à situação histórica da comunidade. Nasce, assim, este texto, chamado por João "a profecia".

O livro termina dizendo uma coisa bem séria:

Declaro a todo aquele que escutar as palavras da profecia deste livro: se alguém se atrever a acrescentar algo, Deus acrescentará sobre ele as pragas descritas neste livro. E se alguém tirar algo das palavras desta profecia, Deus lhe tirará a parte da árvore da vida e da cidade santa que estão descritas neste livro. (Ap 22,18-19)

Estas palavras finais de João mostram que, para ele, este livro não é algo secundário, mas é uma profecia, como o chama. Não porque sirva para adivinhar o futuro, nem porque nos fale do fim do mundo, mas porque é capaz de trazer dentro da vida da comunidade a presença viva de Jesus e fazer com que a comunidade siga adiante, enfrentando todas as dificuldades.

Profeta não é aquele que tem visões do futuro, mas aquele que é capaz de ser fiel ao Deus da vida, hoje.

João está no cárcere e somente pode comunicar-se com as comunidades por escrito, e o escrito passa pela censura dos guardas. João precisa encontrar uma forma de linguagem que possa passar pela censura, e assim chegar às comunidades.

Por isso João recorre ao chamado estilo "apocalíptico", uma



linguagem cheia de códigos que são compreensíveis a um grupo que costuma manejá-los, e ignorados por outro grupo que não os conhece.

Um código que é conhecido por João e os cristãos e ignorado pelos romanos é o do Antigo Testamento.

São códigos de números: 3 = Deus; 4 = o universo; 7 = a totalidade, a perfeição; 10 = muito, com seus múltiplos 100 = muito mesmo e 1000 = um montão; 12 = o povo dos pobres com seus múltiplos, 24, 144, 144.000; 40 = a vida inteira...

São códigos de cores: branco = vitória; ouro = poder; vermelho = guerra, prostituição; preto fome, pobreza...

Códigos de imagens: cordeiro

ro Jesus; espada que sai da boca = Palavra de Deus; os cornos = o poder, a força; olhos = inteligência; asas = velocidade; vestido branco = a vitória; livro = a história; mar = o projeto imperial...

Desta maneira, João engana o censor romano, que apenas lê visões de um velho, e consegue comunicar-se com as "sete" ecclesias, e sete significa que são todas as ecclesias que estão padecendo sob a perseguição.

João faz estas sete comunidades darem um passo fundamental: ele sabe que o problema maior das comunidades é o medo, um medo que se torna cada vez mais intenso porque apenas se olha a perseguição, apenas se fala de perseguição, sempre e apenas perseguição. Nosso coração e nossos olhos estão cheios de perseguição. E o medo cresce desmedidamente.

2.2.1 Ver a perseguição desde o alto, com os olhos de Deus (Ap 4-11)

João faz-nos dar o primeiro passo, afastando as comunidades da perseguição. Ele leva-nos até o trono de Deus no céu, para ver a perseguição como ela é: apenas um ponto dentro da história.

E ouvi uma voz que me disse: sobe aqui e vou mostrar-te tudo que vai acontecer.

Lá no céu está sendo realizada uma grande celebração. Deus tranquilamente sentado no trono, os quatro seres alados da natureza

voando e cantando, um arco-íris maravilhoso. Os 24 anjos gritando: Santo! Santo! Santo! É o Senhor Deus do Universo! (Ap 4,1)

No céu a perseguição não muda a rotina. Todo o poderio do imperador romano não consegue atingir o céu. Lá todos estão tranquilos. Aos pés do Pai está o mar, o mar que aqui embaixo parece agitado, visto do céu, é um espelho, parece que não há mais ondas. O mar não assusta o céu! (Ap 4,3-11; Ap 4,6)

Por que ter medo? O Pai tem em suas mãos o livro da história. O imperador pensava que era dono da história e assinava D.D.D. = Domicianus, Dominus et De-us: Domiciano, Senhor e Deus. Mas o livro está nas mãos do Pai. (Ap 5, 1-14).

A dificuldade que nos mete medo é que o livro está fechado com sete selos e nós não somos capazes de abri-lo para ler.

A história está nas mãos de Deus, mas nós não a entendemos, não temos a chave de leitura da história. É por isso que estamos com medo da perseguição, porque não conseguimos descobrir onde está a chave para abrir o livro e saber onde começa e onde termina a história.

Eu chorava muito porque ninguém foi achado digno de abrir o livro, até que aparece o Cordeiro. O Cordeiro morto, porém de pé: Jesus Cristo. (Ap 5, 4-6)

A chave de leitura de nossa história é a perseguição que Jesus sofreu. Apenas o Cordeiro morto e ressuscitado dá a chave para ler a história, para abrir os selos. Temos que ler nossa história na memória da história de Jesus.

## EXPERIÊNCIA

# Povos e comunidades tradicionais realizam 13º Encontro da Teia no Maranhão

*O evento foi realizado entre os dias 21 e 25 de setembro, no Território Benfica/Janaubeira, em Santa Helena (MA).*

JESICA CARVALHO\*

Em um barracão de palha ornamentado por uma rede de pesca, que continha os esteios que movem as ações da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais, foi realizado entre os dias 21 e 25 de setembro, no Território Quilombola Benfica/Janaubeira, em Santa Helena, cidade da baixada maranhense, o 13º Encontro da Teia do Maranhão.

Na ocasião, a Teia Indígena do Maranhão reuniu os povos Kaápor, Akroá Gamella, Awa Guajá, Krenyê, Apanjekrá/Canela, Tremembé da Raposa e do Engenho, Anapuru Muypurá, Kari'u Kariri, Tupinambá, Krepym Katejê, Krikati e Gavião. Além de lideranças dos povos Kariri (CE), Puri (MG), Kaxinawá e Puruborá (RO), Payayá e Pataxó (BA).

Com o tema “Na força das retomadas, tecemos nossa união”, os povos indígenas junto com quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores e agricultoras, entidades, pastorais, coletivos e grupos de estudos discutiram as suas retomadas, tanto do território quanto da sua cultura. Partilharam suas lutas e resistências, denunciaram os impactos do capitalismo, do agronegócio e dos grandes empreendimentos que destroem a natureza, expulsam os povos e comunidades de suas terras originárias. Além das demais violências físicas e simbólicas as quais são submetidos cotidianamente.

O 13º Encontro da Teia foi realizado após mais de dois anos de isolamento, devido à pandemia de Covid-19. Nesta edição do Encontro, estiveram presentes mais de 1.500 pessoas, com caravanas vindas, também, de outros estados, como o Ceará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins e Minas Gerais.

De acordo com Marli Krikati, a Teia Indígena é uma articulação que propicia o conhecimento sobre a cultura dos

povos e busca fortalecer essa diversidade. “Vemos a luta dos outros povos, que são iguais em nossos territórios e também as consequências que viemos sofrendo”.

Para Raimundo Moreira, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), “a Teia é um espaço onde partilhamos nossas lutas e nossas alegrias”. Moreira evidenciou, ainda, a perda de muitos tecedores e teecedoras da Teia devido ao coronavírus, mas destacou que eles estavam presentes espiritualmente no momento.

As atividades do Encontro foram marcadas pelo toque dos maracás, as batidas de pé no chão e chamado dos encanta-

mílias e mais de 500 anos de luta”, conta Concinha Silva. Que ainda completa, “dos anos 70 para cá, muita coisa foi destruída aqui com a chegada de duas pessoas que se diziam donas e muitas famílias tiveram que se mudar daqui”.

A professora Roberta Figueiredo, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questões Agrárias (NERA) da Universidade Federal Maranhão (UFMA), ressaltou a importância da articulação da Academia com a comunidade. “É preciso que a Universidade seja um espaço para levantar as bandeiras de luta dos povos”. Por sua vez, Joice Gabrielle,

tas as apresentações dos Grupos de Trabalho sobre os esteios da Teia e a troca de sementes entre os povos e comunidades tradicionais. “Esse foi um dos Encontros mais bonitos e potentes da Teia do Maranhão. Senti que a nossa Teia se fortaleceu muito enquanto equipe de trabalho, foi um grande mutirão pela construção do Bem Viver”, definiu Meire Diniz, missionária do Cimi Regional Maranhão.

Em Carta divulgada ao final do Encontro, os participantes destacaram que “Somos guardiães e guardiões de sementes que carregam nossas ancestralidades, sementes que, germinadas e cresci-

das, tornam nossos territórios lugares de acolhimento e vivências afetivas. Entretanto, lâminas de tratores continuam rasgando violentamente nossas florestas, nossos rios, nossos corpos espalhando terror e morte; máquinas voadoras seguem lançando venenos sobre os corpos humanos, dos animais e das plantas... Neste tempo de reencontro reafirmamos nossa decisão, sob a guia de nossos Orixás, dos Encantados, de Jesus Nazaré, dos Mártires da Caminhada de seguir lutando em defesa dos nossos territórios. Seguiremos no Caminho dos nossos Ancestrais... Reafirmamos a nossa disposição para lutar por uma Democracia plurinacional; por essa razão fizemos ecoar o grito dos povos. O próximo governo federal terá que assumir o compromisso com a reestruturação das políticas fundiárias que

respeite o nosso direito ancestral e reestrua o INCRA, FUNAI, Fundação Palmares e outros essenciais a execução das políticas públicas. Nós humanos seguiremos ajudando os morcegos, os catipurus, as raposas, os pássaros na plantação de florestas, faremos rios, montanhas, chapadas, para que a Mãe Terra continue sendo nossa casa comum, lugar de encontro e de bem viver! Como sementes retornamos aos nossos territórios!”

Foto: Cruupyhre Akroá Gamella



dos, os presentes traziam para a roda a sua identificação e as suas expectativas para o Encontro. Na oportunidade, Tünycwj Tremembé ressaltou que o território em que estavam pisando era um território de luta. “Aqui tem gente que luta desde que chegou nessa terra de Pindorama”, destacou.

O solo sagrado de Benfica/Janaubeira é marcado pela resistência do povo que ali reside. Durante as atividades do evento, os moradores da região contaram a história do território. “Aqui são 90 fa-

luna do Colégio Universitário da UFMA, definiu que “é diferente a pesquisa quando vivenciamos, pois, é mais complexo e profundo”.

No último dia foi realizada uma homenagem ao Dia Estadual das Quebradeiras de Coco, com relatos das situações vividas nos territórios e a ação do capitalismo que atrapalha a prática ancestral. “Não existe corpo livre em território preso”, evidenciou Rosalva Silva Gomes, quebradeira de coco e artesã do Babaçu.

Para finalizar o evento, foram fei-



Foto: João Laet

**“Cada instante é a porta estreita através da qual o Messias pode passar” .  
(W. Benjamin)**

E ENTRANDO NA NOSSA CASA, JESUS NOS LEMBRARÁ QUE ELE SE FEZ GENTE DESDE O VENTRE DE MARIA E O BERÇO DE BELÉM.

E REPETIRÁ AS PALAVRAS QUE INCENDEIAM A LUTA PELO SEU REINADO.

QUE CADA INSTANTE POSSA SER A PORTA ESTREITA NA QUAL OS POBRES PODEM PASSAR PARA NOS ACOLHER NA CIRANDA DA VIDA COM CANTOS E ENCANTOS DE INSURGÊNCIA E ESPERANÇA PARA ANIMAR A CAMINHADA.

ASSIM SERÁ MAIS UMA VEZ NATAL.

A CPT DESEJA UM FELIZ NATAL E UM 2023 CHEIO DE ESPERANÇA!



**Assine ou renove sua assinatura**

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Exemplares: \_\_\_\_\_

**Assinatura anual:**

- Brasil ..... R\$ 10,00
- Para o exterior ..... US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 648-6 - Comissão Pastoral da Terra  
CNPJ/PIX: 02.375.913/0001-18  
Informações [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
Mala Direta  
Postal Básica

9912277124-DR/GO  
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA